

PARECER INDEPENDENTE de PÓS-EMISSÃO

Segunda Debênture Verde do Grupo Neoenergia¹

Valor da emissão (R\$) R\$ 300.000.000,00

Alinhamento com ODS



Alinhamento com categorias GBP/GLP

- Energia renovável

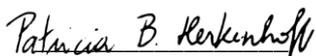
Alocação de Recursos

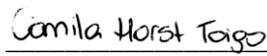
- Os projetos que vêm recebendo recursos da emissão das Debêntures Verdes, a saber, linhas de transmissão de energia e subestações, são os mesmos identificados durante a fase pré-emissão.
- O projeto Itabapoana foi objeto também da sexta emissão de debêntures simples (primeira debênture verde) da Neoenergia, porém o valor das emissões não ultrapassa o custo total do projeto.
- Os recursos temporariamente não alocados nos projetos verdes vêm sendo mantidos em instrumentos financeiros como títulos públicos federais e títulos privados de grandes bancos e, portanto, possuem baixo risco de financiamento de atividades com impacto negativo sobre o clima.
- A emissora mantém o compromisso de informar anualmente aos investidores e outros públicos interessados acerca do status de alocação dos recursos em projetos verdes assim como seus benefícios ambientais e climáticos.

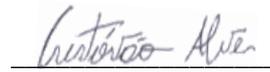
Impacto dos projetos

- Ocorreu atraso no início das obras, as quais iniciaram em janeiro de 2022 e estavam previstas para julho de 2021. A data de operação também sofreu alteração, sendo adiantada de março de 2024 para maio de 2023. O atraso ocorreu devido às obtenções das licenças ambientais.
- O projeto, atualmente em fase de implantação, poderá gerar benefícios ambientais através da transmissão de energia renovável não convencional e através da redução de perdas de energia por melhoria na qualidade da infraestrutura do Sistema Interligado Nacional (SIN).
- Durante a pré-emissão e pós-emissão, a emissora publicou em seu website informações acerca do projeto financiado pelas Debêntures Verdes, assim como sobre as externalidades ambientais geradas por estas.
- Dessa maneira, consideramos a empresa apta a gerir e mitigar eventuais riscos socioambientais do projeto que vem recebendo os recursos remanescentes das Debêntures Verdes.

Equipe técnica responsável


Patricia Herkenhoff
Analista
pherkenhoff@sitawi.net


Camila Toigo
Consultora
ctoigo@sitawi.net


Cristóvão Alves
Avaliador Líder
calves@sitawi.net

Rio de Janeiro, 11/02/2022

¹a (primeira) emissão de Debênture Simples da NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A

Sobre a SITAWI

A SITAWI é uma organização brasileira que mobiliza capital para impacto socioambiental positivo. Desenvolvemos soluções financeiras para impacto social e assessoramos o setor financeiro a incorporar questões socioambientais na estratégia, gestão de riscos e avaliação de investimentos. Somos uma das 4 melhores casas de pesquisa socioambiental para investidores de acordo com o Extel Independent Research in Responsible Investment – IRRI 2019 e a primeira organização latino-americana a avaliar as credenciais verdes de títulos de dívida.

Sumário

Sobre a SITAWI	1
I. Escopo	2
II. Alocação dos Recursos	4
III. Impacto dos Projetos	7
Anexo I – Controvérsias ASG.....	10

I. Escopo

O objetivo deste Parecer Independente de Pós Emissão é prover uma opinião sobre a conformidade da 1ª (primeira) emissão de Debênture Simples da NEOENERGIA ITABAPOANA TRANSMISSÃO DE ENERGIA S.A, integrante do Grupo Neoenergia, realizada em fevereiro de 2020, como Título Verde ('Green Bond'). Essa emissão é também a 2ª (segunda) emissão verde do Grupo Neoenergia. Os recursos vêm sendo utilizados para pagamentos dos custos relacionados à implementação (CAPEX) de um projeto de transmissão de energia.

Este parecer atualiza a opinião pré-emissão realizada pela SITAWI em fevereiro de 2020, a respeito do enquadramento das debêntures como títulos verdes, e a opinião pós-emissão, realizada pela mesma verificadora em fevereiro de 2021. Os pareceres de pré-emissão e de pós-emissão foram disponibilizados publicamente pelo Grupo Neoenergia em uma seção específica de seu website².

Os recursos obtidos com a emissão vêm sendo destinados para pagamentos dos custos relacionados ao projeto de construção de infraestrutura de transmissão de energia elétrica por intermédio de SPE controlada pelo Grupo Neoenergia.

A SITAWI utilizou seu método proprietário de análise, que está alinhado com os *Green Bond Principles* (GBP)³, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e outros padrões de sustentabilidade reconhecidos internacionalmente.

A opinião da SITAWI é baseada em:

- Características da emissão e processo de alocação de recursos para o projeto verde elencado durante a pré-emissão, documentos legais e entrevistas com a equipe do Grupo Neoenergia;
- Análise dos impactos socioambientais atuais e futuros gerados pelo projeto.

A análise desse parecer utilizou informações e documentos fornecidos pelo Grupo Neoenergia, sendo alguns de caráter confidencial; pesquisa de mesa; além de outros elementos adquiridos em entrevistas com equipes responsáveis pela emissão da debênture e pela gestão empresarial, realizadas por videoconferência. Esse processo foi realizado ao longo de janeiro e fevereiro de 2022.

O processo de avaliação consistiu em:

- Planejamento da avaliação;
- Realização da avaliação, incluindo a preparação do cliente, obtenção de evidências e avaliação;
- Elaboração da conclusão da avaliação;
- Preparação do relatório da avaliação

O processo de avaliação foi realizado de acordo com princípios gerais relevantes e padrões profissionais de auditoria independente, e em linha com a Norma Internacional sobre Compromissos de Avaliação que não sejam auditorias ou revisões de informações financeiras históricas (ISAE 3000), Norma Internacional em Controle de Qualidade (ISQC 1, 2009) e Código de Ética para Contadores Profissionais do International Ethic Standards Board for Accountants (IESBA, 2019).

A SITAWI teve acesso a todos os documentos e pessoas solicitadas, podendo assim prover uma opinião com nível limitado de asseguarção em relação a completude, precisão e confiabilidade.

² Disponível em: <http://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-dividas-verdes/>

³ <http://www.icmagroup.org/assets/documents/Regulatory/Green-Bonds/GBP-2016-Final-16-June-2016.pdf>

Declaração de Responsabilidade

A SITAWI não é acionista, investida, cliente ou fornecedora do Grupo Neoenergia ou de suas subsidiárias. A SITAWI foi responsável por Pareceres de Segunda Opinião de emissões verdes do Grupo Neoenergia. A SITAWI declara não possuir conflito de interesse e estar apta a emitir uma opinião independente acerca da emissão de debêntures verdes do Grupo Neoenergia.

As análises contidas nesse parecer são baseadas em uma série de documentos, parte destes confidenciais, fornecidos pela Emissora. Não podemos atestar pela completude, exatidão ou até mesmo veracidade destes. Portanto, a SITAWI⁴ não se responsabiliza pelo uso das informações contidas nesse parecer.

ISSO NÃO É UMA RECOMENDAÇÃO

Frisamos que todas as avaliações e opiniões indicadas nesse relatório não constituem uma recomendação de investimento e não devem ser consideradas para atestar a rentabilidade ou liquidez dos papéis.

⁴ A responsável final por esse relatório é a KOAN Finanças Sustentáveis Ltda., que opera sob o nome fantasia de SITAWI Finanças do Bem

II. Alocação dos Recursos

Os recursos da emissão da Debênture Verde vêm sendo destinados para pagamentos dos custos relacionados ao projeto de construção de infraestrutura de transmissão de energia elétrica por intermédio de SPE controlada pelo Grupo Neoenergia.

O projeto de transmissão de energia Itabapoana teve sua licença de instalação emitida em dezembro de 2021 e as obras iniciaram em janeiro de 2022. A previsão para a conclusão das obras e início da operação é maio de 2023, tendo esta sido adiantada em relação a data estimada - março de 2024. Conforme a tabela a seguir, a linha de transmissão se localizará na região sudeste e o projeto estará conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Tabela 1 – Localização do Projeto Itabapoana

Projeto de Transmissão	Descrição	Localização (UF)	Status do licenciamento
Neoenergia Itabapoana Transmissão de Energia S.A.	LT Campos 2 – Mutum, em 500 kV, com extensão de 221,5 km	ES MG RJ	Licença de instalação emitida em dezembro de 2021

Foi realizada a emissão de uma Debênture Simples conforme as regras da Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300 milhões. O valor bruto da emissão representa, aproximadamente, 41,4% do custo total estimado para o projeto Itabapoana, o qual sofreu um incremento devido ao atendimento de condicionantes solicitadas pelo órgão ambiental para a emissão da Licença de Instalação. Foi necessário realizar alterações no projeto, o que impactou o traçado da linha, gerando novos custos com estudos, construção (torres, cabos condutores), questões ambientais e fundiárias.

Esta é a segunda emissão verde direcionada para o projeto. A primeira emissão verde representou quase 5% de seus custos. Está previsto que até 80% do projeto seja financiado por capital de terceiros e 20% por capital próprio (Tabela 2).

Tabela 2 – Recursos alocados no Projeto Itabapoana

Projeto	Recursos da 2ª Debênture Verde da Neoenergia (R\$ MM) – emissão atual	Participação aproximada da 2ª Debênture Verde da Neoenergia no valor total do projeto - emissão atual	Recursos de outras Debêntures Verdes já emitidas (R\$ MM)
Neoenergia Itabapoana Transmissão De Energia S.A	300	41,4%	36,2*

*Captados por meio da sexta emissão de debêntures simples da Neoenergia, que foi a primeira emissão verde da empresa. Com isso, esse projeto conta com aproximadamente 46% de participação de Debêntures Verdes em seu financiamento.

A gestão dos recursos vem sendo realizada pela Superintendência Financeira do Grupo Neoenergia. A companhia estima que os recursos serão totalmente desembolsados até

fevereiro de 2022, visto que o projeto sofreu atraso. Já houve alocação de 73,3% dos recursos provenientes da segunda emissão de debêntures, como demonstrado na Tabela 3 a seguir. A alocação foi comprovada por meio de extratos de fundos de investimentos, relatórios de investimento internos da empresa, extraídos a partir de seu sistema formal de gestão (ferramenta SAP). Os recursos que na época da emissão foram destinados a reembolso foram gastos nos 24 meses que a antecederam.

Tabela 3 – Gastos Projeto Itabapoana (R\$ MM)

Gastos reembolsados (até 14/02/2020) – provenientes da 2ª debênture da Neoenergia (R\$ MM)	Gastos realizados (15/02/2020 até 31/12/2021) - provenientes da 2ª debênture da Neoenergia (R\$ MM)	% gastos projetados (de 01/01/22 até 28/02/2022) – 2ª debênture	% gastos previstos até o final da obra com outras fontes de recurso, em relação ao custo total do projeto
16,8	203,2		
Recursos da 2ª debênture já alocados: 220,0		26,7	58,6

Os recursos restantes da segunda emissão de debênture, correspondentes a 26,7%, estão temporariamente alocados em aplicações financeiras com liquidez imediata, em fundos de investimentos exclusivos, nomeadamente Itaú Salvador e BNP Paribas Campinas.

Ambos são fundos de renda fixa de curto prazo. De acordo com a política de investimento dos fundos, os recursos podem ser aplicados em títulos públicos federais e privados; certificados de recebíveis do agronegócio (CRA); certificados de depósito agropecuário; certificados de direitos creditórios do agronegócio (CDCA); nota de crédito do agronegócio (NCA); cédula de crédito imobiliário (CCI), dentre outros ativos. Ainda, no caso do fundo Itaú Salvador também é permitida a aplicação em certificados de recebíveis imobiliários (CRI), o que possibilita o investimento em uma série de setores desde que haja lastro em imóveis.

Por conta dos investimentos permitidos em ambos os fundos, existe um risco de contaminação dos recursos verdes. Isso porque a política de investimentos inclui o investimento em ativos que financiam operações de compra e venda de insumos agrícolas, os quais podem contribuir para o aumento das emissões de gases de efeito estufa (GEEs). De acordo com o 8º relatório do Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG)⁵, a agropecuária é a segunda maior fonte de GEEs no país, responsável por 30% das emissões⁶.

Porém, vale ressaltar que, até a data de 31 de dezembro de 2021, os recursos de ambos os fundos estavam alocados em títulos públicos federais (LFT e compromissadas de títulos públicos), Certificado de Depósito Bancário (CDB dentre eles uma operação verde) e Letras Financeiras (LF), todos considerados de baixo risco.

A escritura possui cláusulas que implicam multas caso os recursos não sejam destinados para o projeto elegível. O valor da multa é de 20% do valor dos recursos não alocados corretamente. A empresa estima que os recursos serão totalmente alocados até fevereiro de 2022.

⁵ SEEG 8. Análise das emissões brasileiras de gases de efeito estufa e suas implicações para as metas de clima do Brasil 1970-2019. https://seeg-br.s3.amazonaws.com/Documentos%20Analiticos/SEEG_8/SEEG8_DOC_ANALITICO_SINTESE_1990-2019.pdf

⁶ Disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/meio-ambiente/2020/11/emissoes-de-gases-estufa-aumenta-no-brasil-atividades-rurais-lideram>

Também é importante frisar a característica de debênture de infraestrutura incentivada da emissão, já que os projetos a serem financiados enquadram-se como prioritários pelo Ministério de Minas e Energia. Assim, a debênture também deve observar o disposto na Lei nº12.431/11 para não perder o benefício gerado pelo tratamento tributário especial.

A emissora publicou em seu website de Relações com Investidores o Parecer de Segunda Opinião sobre a emissão de Títulos Verdes e o Parecer de Segunda Opinião Pós - emissão de fevereiro de 2021, ambos elaborados pela SITAWI⁷, que contém impactos ambientais e sociais esperados do projeto financiado, status das licenças ambientais, avaliação que verificou a elegibilidade do título como verde e status dos recursos da emissão.

Não é possível mensurar os benefícios ambientais do projeto uma vez que ele ainda não entrou em operação. A atualização do indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes⁸ e principais impactos ambientais será realizada com a divulgação do presente documento e continuará anualmente até a maturidade do título.

Podemos concluir que, 24 meses após a emissão, os recursos captados vêm sendo alocados no projeto conforme estabelecido na pré-emissão. A alocação temporária de recursos possui risco de alocação em atividades carbono intensivas, mas esse risco não se concretizou. O projeto está alinhado com a **categoria de energia renovável dos GBP**. O projeto foi objeto de outras emissões de títulos verdes, porém a soma total dos recursos não excede seu custo total. A emissora também segue comprometida com a divulgação dos indicadores socioambientais do projeto, incluindo a publicação deste parecer pós-emissão.

⁷ Disponível em: <http://ri.neoenergia.com/resultados-e-indicadores/documentos-dividas-verdes/>

⁸ Calculado para a empresa como um todo enquanto o projeto não está em operação

III. Impacto dos Projetos

Benefícios Ambientais e Climáticos

O principal benefício ambiental gerado por projetos de transmissão está associado principalmente ao aumento no volume de transmissão de energias renováveis não convencionais (eólica, solar, UTE a biomassa e PCH). Esse benefício será demonstrado pela variação do “Indicador de prestação de serviço de transmissão a Usuários Verdes”, conforme consta na escritura. Nesse indicador, cada Usuário Verde representa uma usina geradora de energia renovável não convencional. Assim, o indicador é composto das seguintes variáveis:

- Número de usuários do sistema que geram energia renovável não convencional (Usuários Verdes): mostra a quantidade de usuários que produzem energia renovável;
- Faturamento com transmissão de energia renovável (R\$): demonstra a disponibilidade do sistema para transmitir energia gerada pelos Usuários Verdes;
- Incremento do faturamento com novos usuários: variável diretamente relacionada com a potência de transmissão de energia (montantes de uso do sistema de transmissão - MUST) disponibilizada para os novos Usuários Verdes.

Como o projeto ainda não está em operação, ainda não é possível estimar seu benefício ambiental. No entanto, o resultado desse indicador para o portfólio total do Grupo Neoenergia mostra aumento expressivo no faturamento com usuários verdes entre 2019 e 2021.

Tabela 4 – Linha de Base de Benefícios Ambientais das Linhas de Transmissão da Neoenergia

Benefício Ambiental	2019	2021
Média Mensal do Número de Usuários Verdes	612,68	772,51
Percentual de Usuários Verdes sobre o total de usuários considerando médias mensais (%)	68,3%	72,0%
Faturamento de Usuários Verdes (R\$)	2.380.945,80	7.231.454,43
Percentual de faturamento de Usuários Verdes sobre o total (%)	4,8%	4,2%

Como a linha de transmissão será conectada ao SIN, ela também estará em conformidade com a definição da Taxonomia de Finanças Sustentáveis da União Europeia⁹ para sistemas de transmissão em trajetória de descarbonização total: fator de emissões de GEE médio da energia transmitida deve ser menor ou igual a 100 gCO₂e/kWh considerando os últimos 5 anos. O sistema tem fator de emissões em trajetória de redução e abaixo de 100 gCO₂e/kWh a partir de 2016, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 – Fator de emissões do SIN (2016-2020)

Ano	Fator de emissões (gCO ₂ /kWh)
2016	81,7
2017	92,7
2018	74,0
2019	75,0
2020	61,7

Fonte: MCTI (2021)¹⁰

⁹ Disponível em: https://ec.europa.eu/knowledge4policy/publication/sustainable-finance-teg-final-report-eu-taxonomy_en

¹⁰ Disponível em: https://antigo.mctic.gov.br/mctic/opencms/ciencia/SEPED/clima/textogeral/emissao_corporativos.html

Ademais, durante a pré-emissão a emissora se comprometeu a relatar:

- Status das licenças ambientais do projeto;
- Identificação de impactos em áreas de preservação e de reassentamento de pessoas.

Estes itens foram relatados e avaliados pela SITAWI na seção seguinte.

Gestão dos Impactos Socioambientais Adversos

A licença de instalação do projeto (LT Campos 2 – Mutum, em 500 kV, com extensão de 221,5 km, correspondente ao Lote 3 do Leilão nº 04/2018-ANEEL) foi emitida em dezembro de 2021. As obras iniciaram em fevereiro de 2022, com previsão de término das obras para março de 2023. A empresa identificou os principais impactos ambientais e sociais do projeto, assim como ações para mitigação de riscos, no nível do projeto.

De acordo com estudos ambientais realizados, os principais riscos incluem impactos na fauna e flora, impactos arqueológicos, riscos na geração e manejo de resíduos, interferência na comunidade local, supressão da vegetação, aumento no nível de ruídos e na emissão de poeira e materiais particulados. Segundo o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), a linha de transmissão não apresenta risco de impactos em comunidades tradicionais. Cabe ressaltar que foram identificadas três comunidades quilombolas nos municípios interceptados pelo empreendimento. No entanto, as comunidades estão a mais de oito quilômetros do empreendimento, de modo que não serão impactadas diretamente por ele.

A implementação da faixa de servidão impactará 759 propriedades privadas. A Neoenergia tem 76,8% da quilometragem não linear das linhas de transmissão liberada. Não será necessário o reassentamento involuntário.

Ainda, de acordo com o EIA, a LT interceptará diretamente seis Áreas de Proteção Ambiental de Uso Sustentável, e a zona de amortecimento de nove Unidades de Conservação. A supressão de vegetação será realizada conforme Programa de Controle da Supressão de Vegetação apresentado e aprovado pelo IBAMA, no âmbito do processo de licenciamento ambiental da LT Campos 2 – Mutum e inclui áreas APP e outras áreas com florestas nativas. Conforme determinado na licença de instalação, a Autorização para Supressão de Vegetação (ASV) permite a intervenção nas APPs, com valores de supressão pré-definidos, que totalizam 49,2000 hectares, mas também prevê o alteamento de torres em alguns locais, proibindo a supressão em alguns trechos. Em conjunto à ASV, o projeto possui Autorização de Captura, Coleta e Manejo de Material Biológico (ABIO), para o manejo da fauna e flora afetada pelo projeto. Ademais, o projeto não está envolvido em controvérsias.

De acordo com pesquisa desenvolvida na área de instalação do projeto, houve a identificação de áreas correspondentes à sítios arqueológicos. A análise do IPHAN solicita a implantação de um Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico para o resgate dos sítios arqueológicos identificados.

Entre os impactos positivos, a previsão é de que haja aumento da oferta temporal de postos de emprego em decorrência da implantação do projeto, dinamização da economia, incremento da arrecadação tarifária, melhoria no fornecimento de energia elétrica e na confiabilidade do sistema energético. O projeto estará conectado ao Sistema Interligado Nacional (SIN) e tem o objetivo de escoar energia renovável gerada no nordeste para o sudeste. O projeto está em conformidade com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU 7, 8 e 13.

Para minimizar os impactos da instalação do projeto, estão previstos no EIA 14 programas ambientais: Plano Ambiental de Construção (PAC); Programa de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD); Programa de Reposição Florestal; Programa de Gestão Ambiental da Fase de Construção; Programa de Comunicação Social; Programa de Educação Ambiental; Programa de Gestão de Interferências com Processos Minerários; Programa de Resgate de Germoplasma; Programa de Controle da Supressão da Vegetação; Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna; Programa de Medidas Compensatórias dos Impactos Sobre a Fauna; Programa para Estabelecimento da Faixa de Servidão Administrativa e de Indenizações; Programa de Apoio Técnico aos Municípios no Desenvolvimento ou Ajuste do Plano Diretor; Programa de Gestão Socioambiental da Operação, este último a ser implementado durante a fase de operação da linha de transmissão.

Anexo I – Controvérsias ASG

Foi realizada uma pesquisa de controvérsias a respeito da empresa (Quadro 2). Os casos encontrados foram classificados como significativos, e para todos eles a empresa adotou uma conduta remediativa.

Tabela 6. Controvérsias ASG da Neoenergia

Social	Nível de Severidade	Responsividade
Ago/2021: Funcionários terceirizados da Neoenergia são vítimas de choque elétrico durante troca de postes no Recife	Significativo: Três funcionários terceirizados da Neoenergia Pernambuco, a antiga Companhia Energética de Pernambuco (Celpe), foram eletrocutados enquanto faziam a troca de alguns postes. As vítimas foram socorridas para o Hospital da Restauração. O local permaneceu isolado até a chegada de outras equipes da Neoenergia.	Remediativa: Em nota, a concessionária informou que estava apurando as causas da ocorrência envolvendo os eletricitistas terceirizados. Os profissionais foram socorridos pelo Samu e encaminhados conscientes ao hospital, onde passaram por avaliação médica. A empresa lamentou o ocorrido e informou que cobra da prestadora de serviço o acompanhamento necessário para os eletricitistas.
Jan/2022: Torre de energia eólica da Neoenergia desaba e fica totalmente destruída em município do RN	Significativo: Uma torre de produção de energia eólica desabou em parque eólico Arizona situado no município de Rio do Fogo (RN). Apesar do incidente, ninguém ficou ferido.	Remediativa: Em nota, a companhia comunicou que já estão sendo apuradas as possíveis causas do desabamento da torre, e salientou que não houve feridos, apenas danos materiais à Neoenergia e transtornos no fornecimento de energia, que rapidamente foram resolvidos. A companhia concluiu que a operação de todas as outras torres de energia eólica do parque serão mantidas plenamente, sem causar mais transtornos no fornecimento de energia na região.
Governança	Nível de Severidade	Responsividade
Dez/2021: A empresa é acusada de falta de transparência na divulgação do pagamento de royalties de marca.	Significativo: A Neoenergia é acusada de não divulgar ao mercado que passaria a pagar royalties pelo uso da marca de sua controladora, a empresa espanhola Iberdrola. A empresa publicou um documento chamado "operações com partes relacionadas". No comunicado (dezembro de 2021) do pagamento foi informado que este foi aprovado por unanimidade em uma reunião de conselho em 15 de março de 2021. Investidores e especialistas em governança corporativa entendem que houve falta de transparência na divulgação. Além disso, questionam a real necessidade deste pagamento. Do ponto de vista de governança, uma operação entre partes relacionadas sempre gera desconfiança dos investidores por conta dos potenciais conflitos de interesse envolvidos.	Remediativa: Em comunicado, a Neoenergia esclarece que tornou pública a informação sobre a celebração do Contrato de Licença de Uso de Marca, com a sua controladora, a Iberdrola, na modalidade de comunicação sobre transação entre "partes relacionadas" em estrita conformidade com a regulamentação da Instrução CVM Nº 480, sendo que a publicação do comunicado e a assinatura do referido instrumento se deram na mesma data, renunciando ao prazo de 7 dias que permite a citada instrução, evitando com isso qualquer interpretação de favorecer o fechamento do ano 2021 e privilegiando a transparência com o mercado. Salienta que após a aprovação do Conselho de Administração da Neoenergia que se deu em março de 2021, iniciou-se a etapa de confecção do contrato propriamente dita, com revisão e discussão de cláusulas, cumprindo todos os ritos de Governança exigidos, de forma que em 29 de dezembro de 2021, após ter percorrido todo esse percurso, o contrato foi finalmente assinado pelas partes e de imediato comunicado ao mercado. O contrato celebrado adota práticas comutativas e de mercado, ou seja, cláusulas econômicas e financeiras compatíveis com as praticadas no mercado.